

Câmpus
Goianésia



Universidade
Estadual de Goiás



ESTADO
DE GOIÁS

JAQUELINE PAIVA COSTA

MARIA RIBEIRO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Goianésia

2019

JAQUELINE PAIVA COSTA

MARIA RIBEIRO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Goianésia, como requisito para a obtenção da graduação no Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a Vanessa Yunes.

Goianésia

2019

JAQUELINE PAIVA COSTA

MARIA RIBEIRO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Goianésia, como requisito para a obtenção da graduação no Curso de Licenciatura Plena em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Vanessa Yunes – Especialista

Orientadora

Prof.^a Nilma Cristina Miranda Toledo – Especialista

Arguidora

Prof.^a Thais Lopes Soares – Especialista

Arguidora

RESUMO

O presente trabalho é um conjunto de análises bibliográficas e trabalhos já publicados acerca do assunto e tem por objetivo compreender os principais traços do autismo e analisar as possibilidades e os benefícios, assim como os desafios da inclusão da pessoa com autismo no ensino regular. Sendo um dos pontos desafiadores, a formação acadêmica dos docentes, que encontram dificuldades na organização do trabalho pedagógico em consequência das características específicas dos alunos e a falta de recursos e materiais disponíveis nas escolas para o atendimento dos mesmos. Esta pesquisa fundamentou-se em fontes bibliográficas como Orrú (2006), Cunha (2014), Stelzer (2010), Silva (2012), Fiaes e Bichara (2009), que buscam caracterizar o autismo e destacam como principal característica o comprometimento na comunicação e na socialização. Estar junto de outras crianças, ter que compartilhar e mudar hábitos, são tarefas extremamente complicadas. A inclusão por meio do convívio social, principalmente, no ambiente escolar é capaz de proporcionar aos alunos autistas, maior interação e estímulos às suas capacidades, influenciando diretamente na aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão, Aprendizagem.

ABSTRACT

The presente study is a range of bibliographical analyzes and already published works on the subject and aims to understand the main features of autism and analyze the possibilities and benefits, as well the challenges of including people with autism in mainstream education. Being one of the challenging points, the academic formation of teachers who have difficulties in the organization of pedagogical work due to the specific characteristics of students and the lack of resources and materials available in schools to meet them. This research was based on bibliographic sources such as Orrú (2006), Cunha (2014), Stelzer (2010), Silva (2012), Fiaes and Bichara (2009), which seek to characterize autism and highlight the commitment in communication as its main feature and socialization. Being with other children, sharing and changing habits are extremely complicated tasks. Inclusion through social life, especially in the school environment, is able to provide autistic students with greater interaction and stimuli to their abilities, directly influencing student learning.

Keywords: Autism, Inclusion, Learning.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 DEFINIÇÃO DO AUTISMO | 8 |
| 2 CAUSAS DO AUTISMO | 14 |
| 2.1 A Inclusão do Aluno Autista no Ambiente Escolar | 16 |
| 3 FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ESPECTRO AUTISTA (TEA) | 23 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| REFERÊNCIAS..... | 31 |

INTRODUÇÃO

O autismo é um transtorno que se estima atingir, atualmente, dois milhões de pessoas no Brasil, com dificuldades nas relações sociais e comportamentais. Sendo as áreas de interações, linguagem, comunicação, imaginação, padrões limitados repetitivos e estereotipados de comportamento, os quais são os principais critérios para diagnósticos do transtorno autista.

A inclusão educacional visa maior interação de crianças com necessidades educacionais com outros alunos no ensino regular, garantindo melhor aprendizagem, maior diversidade e, no caso da criança autista, favorecendo o seu desenvolvimento.

O ambiente escolar, no primeiro momento, é muito complicado para eles. Ter que compartilhar e mudar hábitos são tarefas extremamente difíceis, pois, uma das principais características do autismo é a dificuldade de se relacionar e comunicar e por esse motivo é tão importante as práticas pedagógicas para gerar um ensino de qualidade.

Nesta pesquisa vamos abordar o porquê desse comportamento tão estereotipado, as supostas causas do autismo, a inclusão dessas crianças no ambiente escolar e qual a formação dos professores para lidar com elas, tendo várias contribuições de documentos, leis e concepções de diversos autores, como Eugênio Cunha, Paulo Freire, Ana Beatriz Silva e outros, suas teorias e conceitos sobre o autismo, métodos para professores estarem trabalhando em sala de aula com essas crianças, mostrando que se aprende com a diversidade e abre-se portas para uma nova concepção de ensino. Mesmo sabendo que são muitos os desafios enfrentados, a escola tem o papel de prepará-los para viver em sociedade e, para isso, o professor deve estar qualificado para lidar com essa situação.

1 DEFINIÇÃO DO AUTISMO

O autismo ou TEA (Transtorno do Espectro Autista) é um comprometimento que se dá entre os neurônios que não se conectam, causando prejuízo no desenvolvimento das relações sociais e comportamentais, com etiologias distintas. “[...] o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sócio comunicativa e comportamental” (SCHMIDT, 2013, p. 13).

Levando-se em consideração a complexidade do autismo, este capítulo aborda sobre a origem do conceito e características, além da visão de alguns autores e publicações a respeito desse distúrbio.

Esse distúrbio é tão distinto, que médicos experientes não são capazes de reconhecer casos clínicos em um primeiro contato, por isso atualmente vem sendo, cada vez mais, discutido e estudado por pesquisadores em busca de respostas para as complexas características do autismo.

As principais características de diagnósticos para o transtorno autista são as áreas de interações sociais, linguagem, comunicação, imaginação, flexibilidade comportamental, padrões limitados repetitivos e estereotipados de comportamento. “[...] O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades repetitivas”. (CUNHA, 2011 p. 20).

A palavra Autismo vem do grego – Autos de si mesmo, empregado pelo psiquiatra Eugene Bleuler em 1911, suspeitando que a síndrome fosse mais presente na sociedade, e Bleuler descreve um conjunto de sintomas, os quais não tinham relações com a esquizofrenia, mas com o diagnóstico de retardo mental.

Para Orrú (2006, p. 14),

É um termo usado dentro da psiquiatria para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltado para o próprio indivíduo. É comum também a utilização de adjetivos para se denominar o autismo, como: autismo puro, núcleo autístico, autismo primário no caso de não associação com outras patologias, autismo secundário, autismo de auto funcionamento, autismo de baixo funcionamento e outros.

Em pesquisas mais aprofundadas, foi constatado que o autista se desenvolve com maneiras diferentes de comportamento humano, e o estudo dessa patologia é uma análise voltada para o próprio indivíduo, por ter um hábito fechado ou isolado.

O termo "Autismo" foi utilizado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler, em 1911. Bleuler empregou o termo "autismo" para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos. (GOMÉZ; TERÁN, 2014, p.08).

As primeiras publicações sobre o autismo foram feitas por Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944). Tanto um quanto o outro, ficaram surpresos com a imensa incapacidade social, com a resistência a mudanças, com as condutas repetitivas e a comunicação estranha. Eles descreveram crianças com capacidades cognitivas excessivamente irregulares.

Leo Kanner, pediatra e psiquiatra Austríaco, descrevia o autismo com sintomas semelhantes à esquizofrenia. Em 1943, ele publicou a obra "*Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*", descrevendo onze casos de crianças atendidas no Serviço de Psiquiatria Infantil, que tinham em comum o excepcional, o patognomônico, isolamento extremo, não tendo capacidade para reagir normalmente às situações afetivas e sociais, desde o início da vida. O autor denominou distúrbios autísticos do contato afetivo.

"Ele descreveu com pormenores o que julgava ser uma condição neurológica única que era aparentemente decorrente da incapacidade de estabelecer vínculos afetivos próximos com outras pessoas e para tolerar modificações menores do ambiente e das rotinas diárias" (STELZER, 2010).

Segundo Fiaes e Bichara (2009), crianças autistas por não apresentarem limitações na socialização, possuem dificuldades no brincar, levantando assim a questionamentos sobre a natureza das brincadeiras simbólicas.

Kanner observou que nesses onze primeiros casos, havia uma incapacidade de se relacionar de forma usual com as pessoas, um isolamento extremo ignorando ou recusando tudo do cotidiano, sendo que esse distúrbio prejudica o contato afetivo, isentos de linguagem, incapazes de efetuar trocas sócias afetivas com o outro, estando imersos e reclusos na particularidade de cada um.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (VYGOTSKY, 1994, p.40).

A criança desde seu nascimento tem o seu comportamento relacionado com o ambiente em que vive e as pessoas à sua volta, que influenciam diretamente nas suas ações.

Com o avanço de suas pesquisas, no ano de 1942 Kanner descreveu, sob o nome “distúrbios autísticos do contato afetivo”, um quadro caracterizado por autismo extremo, obesidade, estereotípias e ecolalia.

Kanner continua descrevendo o quadro como uma “psicose” dando ênfase nos seus estudos sobre o autismo em meados dos anos de 1956, referindo que todos os exames clínicos e laboratoriais foram incapazes de fornecer dados consistentes no que se relacionava à sua etiologia, diferenciando-o dos quadros deficitários sensoriais, como a afasia congênita e dos quadros ligados às oligofrenias, novamente considerando-o uma verdadeira psicose (KANNER, 1946).

Já no seu segundo trabalho, em 1949, Kanner oferece mais informações referindo-se a uma síndrome à qual denominou de Autismo Infantil Precoce, observando que a criança não percebe os estímulos e não responde a eles, diferentes das outras crianças, tendo dificuldade em atender pelo nome, resiste no aprendizado, não demonstra medo ao perigo a que está exposta, resiste a mudanças de rotinas, dificuldade em ter contato visual com as pessoas, tem obsessão por tarefas repetitivas e alguns casos apresentam agressividade, alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismos e metáforas.

Devido à dificuldade no comportamento em sociedade, com vários estereótipos e dificuldades na socialização, o autor Orrú conclui que há uma ligação da doença com a esquizofrenia infantil.

Em 1949, passou a referir-se ao quadro como “Autismo Infantil Precoce”, pela dificuldade no contato com as pessoas, desejo obsessivo por certas coisas e objetos, pela rotina nas situações, alterações na linguagem e mutismo, que os levava a grandes problemas na comunicação interpessoal. Considerou-o como uma psicopatologia com as subseqüentes observações: o autismo infantil precoce é uma síndrome bem definida, passível de ser observada com pequenas dificuldades no curso dos dois primeiros anos de vida da criança. Sua natureza básica é intimamente relacionada com a

esquizofrenia infantil, pelo que o autismo infantil poderia ser uma manifestação precoce da esquizofrenia infantil. (ORRÚ, 2006, p. 16).

Cinco anos depois, Kanner enfatizava o autismo como uma psicose. Mostrando que exames laboratoriais não identificaram a origem da síndrome e também não apresentava relações com fatores hereditários.

Kanner revisou seu conceito de autismo diversas vezes, mas sempre destacando como uma síndrome de comportamento, indicando que era possível perceber essas ações nos dois primeiros anos de vida, ele insistia que a doença tinha que ter um diagnóstico diferente de doentes mentais e doentes afásicos.

Leo Kanner reconhece semelhanças entre a sua síndrome e a esquizofrenia infantil, mas defende a ideia de que deveria ser separada da mesma, definindo-a claramente como psicose em diferentes trabalhos, ao longo dos anos.

Durante suas pesquisas ele verificou que muitas crianças eram inteligentes, e o seu desenvolvimento variava muito de acordo com a conduta dos seus pais. Segundo Kanner o autismo era causado por pais que não tinham vínculos afetivos com seus filhos. A hipótese da mãe geladeira, que era a falta do afeto materno, mães emocionalmente frias, foi elaborada por Kanner, após observar a dificuldade que as mães tinham em brincar com seus filhos, portanto o que era consequência virou causa, pois as mães não brincavam com os filhos porque eles tinham dificuldades na interação, por causa do autismo. De acordo com Kanner, “toda a sintomatologia e o padrão de comportamento da criança autista são determinados pelo fato de que esta é incapaz de usar as funções executivas do ego auxiliar do parceiro simbiótico, a mãe, para orientá-lo no mundo externo e no mundo interno.” (STELZER, 2010, p. 12).

Devido ao avanço da ciência, essa ideia foi isolada, Kanner teve várias teorias sobre o autismo, sendo ele o pioneiro na descoberta e conceito do autismo no século XX.

Por outro lado, a definição de Kanner iniciou uma discussão que permanece em aberto até a atualidade: qual a etiologia desta patologia? Em seu estudo de 1943, o autor enfatizava os componentes emocionais e as características familiares como precipitadores do quadro, mas também apontava que fatores biológicos subjacentes podiam ser determinantes no autismo infantil (PURIFICAÇÃO, SANTANA, ROSA, 2010, p. 04).

Outras pesquisas foram desenvolvidas por Hans Asperger, pesquisador e psiquiatra austríaco que escreveu, em 1944, o artigo “*A psicopatia autista na infância*”, publicado no ano seguinte, observou que algumas crianças apresentavam deficiências sociais graves – conversação unilateral, pouca empatia, a dificuldade na interação com outras pessoas e movimentos descoordenados. Porém, o seu nome somente obteve reconhecimento na década de 1980, como um dos primeiros a se dedicarem ao estudo do autismo.

A Associação Americana de Psiquiatria publicou em 1952 a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-I). Esse manual fornece, principalmente, critérios padrão para o diagnóstico de transtorno mental e retardo mental. Diante disso, nesta primeira edição, os sintomas do autismo foram categorizado já como um subgrupo da esquizofrenia infantil.

Na quarta edição revisada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR), a categoria TID inclui condições que estão invariavelmente associadas ao retardo mental (síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância), condições que podem ou não estar associados ao retardo mental (autismo e TID sem outra especificação ou TID-SOE) e uma condição que é tipicamente associada à inteligência normal (síndrome de Asperger) (PURIFICAÇÃO, SANTANA ROSA, 2010, p. 8).

Essa síndrome tem característica marcante que compromete várias áreas do desenvolvimento sem comprovação. Porém, não dá para generalizar, em alguns casos as crianças que tem autismo podem demonstrar comportamentos diferentes como demonstração de carinho, contato físico e apego em relação às pessoas que convivem com ele.

O autismo não possui sintomas, não é um vírus e nem uma doença contagiosa, é uma síndrome que não se define por manifestações. As características comuns que podem levar ao diagnóstico do autista ainda estão sendo estudadas, mas algumas podem ser citadas, lembrando que a síndrome possui grau de desenvolvimento, ou seja, as crianças podem desenvolver habilidades incríveis se forem incentivadas.

“[...] Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver” (SILVA et al, 2012, p. 06).

As crianças autistas enfrentam diversos obstáculos para se relacionarem no meio social, pois elas encontram dificuldades para interagir com outras pessoas, são crianças sensíveis e incapazes de perceber alterações no tom de voz, resistindo a mudanças e reagindo de forma agressiva, porém com cuidados médicos e alguém para auxiliar no convívio com a sociedade ela pode desenvolver diferentes competências e ter uma vida bem próxima da normal.

2 CAUSAS DO AUTISMO

Ainda não existe uma causa específica sobre o autismo, até porque não é só uma causa, são vários fatores principalmente neurológicos e genéticos que provocam o autismo.

Aparecendo nos primeiros anos de vida, proveniente de causas genéticas ou por uma síndrome ocorrida durante o período do desenvolvimento da criança, o autismo possui no seu espectro as incertezas que dificultam, na maioria dos casos, um diagnóstico precoce. Ele tem demandado estudos e indagações, permanecendo ainda desconhecido de grande parte dos educadores. Não há padrão fixo para a forma como ele se manifesta, e os sintomas variam muito. (CUNHA, 2011, p. 19-20).

Este capítulo traz algumas hipóteses de causas e concepções de prognósticos do autismo, apresentando também algumas dificuldades encontradas para efetivar a inclusão no ambiente escolar.

Houve épocas em que havia suspeitas de anormalidades nos cromossomos, que surgem na separação do mesmo durante o processo de divisão de células, ou que o autismo seria um distúrbio que era influenciado pelo ambiente, ou mesmo fatores genéticos. Atualmente acredita-se que a probabilidade de ter autismo pode ser hereditária. A faixa etária para haver o diagnóstico da doença é de dois a três anos, e imediatamente deve começar o tratamento, para aumentar a chances de desenvolvimento, levando a vida de forma mais normal possível dentro das suas limitações.

Ao abandonar seus interesses pela etiopatogenia para se dedicar aos estudos longitudinais, Kanner defendia a hipótese de uma causa biológica ou genética para o autismo. Reconhecia, no entanto, o limite do saber sobre a etiologia da síndrome e suas consequências: um vasto campo para as múltiplas hipóteses e outras tantas teorias de validade muito restrita. (GOMÉZ; TERÁN, 2014, p. 10).

Outro conceito seria de problemas neurológicos, onde os neurônios afetados não transmitissem ligações e mensagens entre eles, por algum motivo alguns deles não se desenvolveram ou ficaram danificados, caso haja uma mínima lesão no cérebro pode levar a uma doença, e com isso causar uma deficiência psicológica. A hipótese mais aceita sobre a causa do autismo é a qual os sintomas e mutações

genéticas são resultado de alguma falha de comunicação entre regiões do cérebro. Assim, novas conexões neurais estimuladas por terapia poderiam ser formadas a fim de compensar a falha.

De acordo com a pesquisa, há indivíduos com autismo que aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema (SILVA, 2012).

Outra hipótese para a causa do autismo é uma infecção que a criança pega ainda no útero, ou alguma medicação errada, podendo aumentar a chance de ter a doença, o período da gravidez é extremamente importante onde o cuidado tem que ser dobrado. A síndrome do espectro autista reúne características e sintomas complexos que podem ou não ser de fácil percepção. Quanto mais cedo for diagnosticado, melhor é para a criança, sendo sempre acompanhado por especialistas para melhor desenvolvimento.

2.1 A Inclusão do Aluno Autista no Ambiente Escolar

Logo após o primeiro momento de dificuldade com o descobrimento da síndrome, os pais destas crianças se deparam com outro desafio, o da inclusão escolar. Mesmo que já existam várias leis que garantem o acesso de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, observa-se que nem sempre as mesmas recebem o amparo necessário para a inclusão, a começar pelo despreparo da escola e docentes, cabendo ao Estado promover tal qualificação.

Trabalhar com esses alunos é uma tarefa complexa, que precisa ter mais investimentos por parte das autoridades governamentais responsáveis pela implementação de um sistema eficaz de escolas inclusivas, incentivando e gerando cursos capacitativos para esses educadores (LUDKE, 2011, p. 15)

A inclusão é uma das grandes dificuldades enfrentadas pela educação, essencialmente no que remete à multiplicidade das inúmeras necessidades educacionais, de modo que se torna evidente relativa à escola inclusiva.

A necessidade dos professores de adquirir novos conhecimentos, tanto a teoria como a prática e os mesmos associados ao desenvolvimento de competências e atitudes para lidar com a diversidade, torna-se notável devido os progressos na educação.

Torna-se um desafio alcançar uma escola capaz de ensinar e educar os seus alunos, independentemente da situação pessoal, social, cultural, dos potenciais e níveis de capacidade diferentes, sem esquecer-se daqueles com necessidades especiais.

Neste processo, Rabelo (1999, p.20), salienta que o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Conseguir uma escola capaz de ensinar e educar todos os alunos de maneira homogênea é algo desafiador. Diretrizes, declarações e acordos internacionais como a própria LDB/1996 nacional, preveem a construção de uma nova cultura na escola através de transformações no movimento educacional inclusivo.

Superar a barreira da homogeneização do ensino que abarca uma abordagem de uniformização do currículo e uma aula com propostas idênticas para todos são alguns dos fatores determinantes para combater o ciclo de rotulação, discriminação e exclusão conferindo legitimidade à inclusão. (LO, 2015, p.3).

A educação inclusiva destaca especialmente a sua função de integrar todos os alunos, independentemente de suas dificuldades e limitações, levando o seu objetivo muito além da mera inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, contribuindo também para que as diferenças existentes não ocasionem em desigualdades educacionais e sociais.

Transformar a escola significa, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (REVISTA INCLUSÃO, 2010). Para que a inclusão realmente aconteça, é essencial que a escola construa uma nova cultura que certifique a participação e a aprendizagem para todos e torne suas ações diárias em ideias concretas.

Os ambientes sociais e educacionais também influenciam na aprendizagem dos discentes, por exemplo, as dificuldades enfrentadas pelos professores, a falta de recursos e o clima emocional da sala de aula possuem grande inferência nos resultados da aprendizagem. Um lugar onde cada aluno se identifique como aprendiz e tenha uma valorização individual, assim como o professor, também representa elemento fundamental na integração do aluno especial, principalmente referente ao seu modo de agir, colaborando para a autoestima, confiança e motivação.

Quando existem programas adequados a inclusão funciona para todos os alunos com ou sem deficiências, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida em comunidade. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 86).

A diversidade se torna um elemento catalisador dos desenvolvimentos pessoal e social. Alguns valores como a igualdade e a tolerância começam a se concretizar e ser enxergadas claramente a partir de tal idealização feita pela escola.

Foram identificadas diversas dificuldades apontadas pelos professores, tais como a falta de orientação, estrutura e recursos pedagógicos. Além disso, foi verificado que os professores tendem a confundir os princípios de inclusão e integração. (LO, 2015.p. 07).

Buscando a inclusão, tendo como base uma metodologia dinâmica e interativa, onde envolva todos os alunos num ensino flexível e receptivo, será possível o atendimento da diversidade, das necessidades e dos que demonstram diferentes ritmos de aprendizagem.

Registra que a aprendizagem é um processo interno do organismo e, por mais que esteja motivada pela interação social as representações enfim têm sua “sede” na mente individual e mudam por processos cognitivos próprios dessa mente. O sistema cognitivo humano tem uma dinâmica própria, baseada em alguns processos de atenção, motivação, memória e esquecimento, que não podem ser reduzidos ou ampliados à sua dimensão social. (POZO 2002, p. 86).

Acredita-se que a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino regular, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o de outras crianças, na medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças.

O ambiente social também é extremamente fundamental, pois ao aceitar as diferenças e reconhecer o valor do aluno, simultaneamente lhe proporciona seu acolhimento e a sua integração. Fazendo com que o aluno se torne o principal personagem de seu processo de aprendizagem.

É importante que a escola esteja alerta para que sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou deficiência do aluno. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e se ele está voltado para a diversidade (ROSSATO, 2005, p.21).

O docente não é somente responsável por transmitir informação, mas buscar ser um amigo e manter-se atento quanto aos métodos de comunicação. Também, é sua responsabilidade tornar mais fácil a convivência do aluno na sala de aula com a criação de um espaço comunicativo, possibilitando o compreender e se expressar. O processo avaliativo é considerado tolerante às diferenças, a partir do momento que

atribui valores e destaca o potencial de cada um, através de diferentes conceitos e não suas fraquezas.

Mudar os costumes da escola no propósito de conseguir avanços está atribuído a dar novos significados às características da aprendizagem e métodos didáticos, se tornando algo efetivo na medida em que for ocorrendo reais transformações na prática do ensino.

Alunos que possuem diferentes interesses e ritmos de aprendizado requerem uma conduta e estilo de ensino aberto que envolva todos os alunos, ou seja, com uma metodologia flexível e reflexiva, o que ajuda também no atendimento das múltiplas necessidades existentes entre eles.

De acordo com MEC/BRASIL, SEESP. (1994, p.18):

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob o enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar 16 distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, numa via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas "normais".

Atribuir à escola o sentido de se constituir uma comunidade de aprendizes significa tratar o que acontece no seu cotidiano com caráter próprio de um ambiente que respira cooperação e que deixa transparecer as características de uma verdadeira comunidade.

Numa educação inclusiva a adaptação às necessidades e particularidades do aluno deve ocorrer por parte da instituição, buscando além de sua permanência no ambiente escolar, o seu máximo desenvolvimento. Entretanto, não é o que ocorre principalmente no Brasil, onde ao contrário, a adaptação acontece por parte dos alunos, ou seja, é muito importante que a escola realize uma preparação para recebê-los e poder ofertar a todos os alunos um ensino com qualidade.

Um dos principais desafios da escola atualmente é trabalhar a diversidade, pois cada aluno apresenta características próprias e um conjunto de valores que os tornam únicos na busca da construção de uma nova concepção do processo de aprendizagem, de maneira que todos sejam inclusos.

Oliveira (2009, p. 32) salienta que,

[...] a política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

No Brasil, ocorreram nos últimos anos algumas reformas educacionais, com notoriedade para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. As necessidades educativas especiais foram uma das questões abordadas, além da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com apoios especializados necessários.

Com a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, obteve-se um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Portanto, não basta somente a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública para que, a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive e haja o resgate de sua cidadania ampliando suas perspectivas existenciais.

Cada instituição e seus integrantes possuem suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades. Sendo, possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais, já estão chegando à escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as

dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

A escola deve oferecer a todos os alunos um ambiente acolhedor e provido de respeito, recebendo oportunidades de aprendizado e desenvolvimento iguais aos dos outros alunos. Mas, muitas das escolas que acolhem estes alunos não têm estrutura física e social para atenderem as suas necessidades.

As estratégias inclusivas devem ser discutidas e elaboradas com a participação e apoio não somente do professor, mas em conjunto com a comunidade escolar, onde todos os funcionários tenham oportunidade de esclarecer e se informar sobre a condição de cada aluno, por exemplo, referente às diferentes formas de ensino-aprendizagem e às relações afetivas, podendo ajudar assim numa melhor inclusão e principalmente, com a compreensão e auxílio da família dos alunos.

[...] a Escola é fundamental para o desenvolvimento das habilidades sociais dessas crianças, mas para conseguir êxito é necessário que haja uma interação com intervenções efetivas entre os portadores e os profissionais da instituição que é ainda rudimentar, pela alta complexidade de socialização que apresenta o portador do autismo [...]. (MONTAGNER, SANTIAGO, & SOUZA, 2007, p. 30)

Uma das principais estratégias para inclusão é a coletividade, possibilitando a convivência e mostrando para as demais crianças que conviver com as diferenças, estabelecendo relações com o próximo é algo prazeroso e favorável para sua formação como indivíduo que está inserido em uma sociedade. A realização de atividades coletivas é fundamental na obtenção de conhecimentos relevantes para a vida. O diálogo dos familiares com os professores também é um fator muito importante, de modo que os mesmos possam trocar entre si experiências de vida e outras informações através de frequentes reuniões.

“Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”. (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 22)

A diversidade de traços particulares de cada criança, o tempo e modo de aprendizagem de cada uma, são uns dos principais desafios em relação ao trabalho com autistas. Os docentes devem oferecer e repassar todo conhecimento possível,

tentando levá-los além de suas limitações, não deixando que as mesmas sejam um impedimento do ensino, buscando maneiras distintas de compreensão até achar a mais significativa.

As dificuldades encontradas pela instituição de ensino e especialmente pelo professor incluem também a falta de materiais e recursos, além da falta de uma formação adequada de professores, voltada à diversidade dos alunos e para o atendimento educacional especializado nas classes comuns do ensino regular.

O professor tem grandes desafios a vencer, dando a sua participação para a contribuição social e para o desenvolvimento do aluno e tem um papel muito importante, que é o sucesso da educação, seja ela formal ou informal. Para uma educação de qualidade é necessária uma formação sólida e contínua, com uma progressão continuada que lhe forneça subsídios para uma reflexão sobre a sua prática pedagógica (SILVA & ARRUDA, 2014).

Apesar da insegurança sentida pelos professores por não receberem apoio e assistência com melhores condições de trabalho, formação e conhecimento para que as mudanças de fato aconteçam, continuam com o sentimento de obrigação de se dedicarem ao máximo na realização do seu trabalho pedagógico.

Também são encontrados outros desafios devido à falta de acesso à informação por parte do docente acerca do autismo, o que acaba gerando dúvidas e confusão. A relação do professor com os alunos é outro fator fundamental, assim como as dificuldades individuais, tanto do aluno quanto do próprio professor devem receber atenção.

Com relação aos alunos autistas, pelo fato da maioria dos casos apresentarem ausência da linguagem e a falta de interação, o trabalho a ser realizado pelo professor fica mais difícil, pois não consegue cumprir seu planejamento pedagógico e conseqüentemente compromete a ação da inclusão. Tais situações fazem com que o aluno não obtenha o progresso esperado e o professor se sinta sobrecarregado e ineficaz.

3 FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Muitas vezes alunos autistas e/ou com limitações educativas especiais recorrem às instituições de ensino especial, devido às carências existentes nas escolas regulares. A escola regular deveria estar com um ensino inclusivo preparado para que os mesmos tenham a oportunidade de adquirir novas competências e se desenvolverem como cidadãos.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p.12).

Os professores, muitas vezes, por falta de profissionalização, não conseguem indicar, com exatidão, a diferença que determinado aluno possa apresentar. Contudo, observa-se que estes alunos demonstram habilidades na leitura e em operações matemáticas, mesmo com dificuldades em compreender alguns elementos. [...] indivíduo que encontra dificuldades em seu desenvolvimento social, mas que tem muitas potencialidades e especificidades que vão além do diagnóstico que recebe [...] (LEMOS et al, 2014, p. 12).

A viabilização do desenvolvimento integral do aluno auxilia e orienta os profissionais da educação para elaborar estratégias pedagógicas, informando também toda comunidade escolar (entendida aqui como os alunos, pais, professores, equipe pedagógica, direção, funcionários), no intuito de que todos possam contribuir para a sua aprendizagem e adaptação, são alguns dos principais critérios para que de fato ocorra a inclusão social.

Apostar na formação de educadores e em recursos materiais seria de grande importância no benefício destes alunos, assim como desenvolver atividades trabalhando em conjunto, pais e professores, no âmbito da socialização, da motricidade, da linguagem, da coordenação, de forma a promover uma evolução significativa das capacidades do aluno.

Portanto, compreende-se que a formação dos docentes é a base para a escola de qualidade, pois não bastam apenas equipamentos tecnológicos, espaço físico, mobiliários, mas docentes capacitados para fazer o seu trabalho, em ação

coletiva com os educandos compreendendo o seu estar no mundo, o seu fazer, fazendo-se.

A escola carece redirecionar o seu pensar, reformulando suas ações compreendendo o que a comunidade escolar espera dela enquanto função social.

Atualmente são amplos os cursos para a Educação inclusiva, os quais são cada vez mais procurados por profissionais da educação, principalmente, pelos docentes. Além de estimularem o profissional a buscar conhecimento e possibilitar um ensino de qualidade aos alunos, ajudam na elaboração da metodologia que será utilizada em sala de aula, e com o aluno diagnosticado dentro do TEA.

O maior questionamento é como promover a inclusão para o aluno que tem aspectos específicos, e criar diferentes maneiras de aprendizado. Pois, além dos conteúdos didáticos irá aprender na escola sobre como viver em sociedade, pois o aluno com TEA enxerga o mundo de modo particular.

é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué. (FREIRE, 1980, p. 39)

A legislação já propôs leis para auxiliarem na inclusão, e conhecê-las é de grande importância para melhor atuar com os alunos. A escola também busca constantemente maneiras pedagógicas que possam auxiliar no aprendizado e na permanência dos alunos com TEA na rede de ensino regular.

Há vários debates sobre diferentes aspectos de organização escolar na tentativa de reconhecer as diferenças como um valor.

Professores não capacitados são um dos desafios encontrados na inclusão de alunos com TEA, lembrando que muitos acabam buscando sua qualificação por conta própria, no intuito de facilitar o seu trabalho e poder lidar da melhor maneira possível com os alunos. Aumentando assim, a chance de acerto com a didática desse aluno, e o mesmo seja capaz de fazer avanços e na sua interação, na sua comunicação e na sua interação com a sociedade.

O professor em sala de aula é peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com necessidades educacionais especiais tenham margem razoável de sucesso. Assim, tanto a formação inicial como a formação

continuada do professor em serviço deve englobar conceitos e uma prática pedagógica que criem as condições para uma prática educativa coerente com o projeto inclusivo. (BEYER, 2007, p. 80).

A formação vai muito além de técnicas e métodos, auxilia também no contato afetivo do professor com o aluno, minimizando os desafios encontrados no cotidiano. Percebe-se que a busca por formação é consequência dos diferentes aspectos apresentados por cada criança. Os cursos de extensão são procurados, principalmente, para tentar compreender melhor o sujeito e suas ações, de modo a estarem sempre no mesmo ritmo do surgimento de novas demandas inclusivas, fazendo com que o professor busque estratégias e alternativas para conseguir avanços pedagógicos.

É uma necessidade real conhecer quem é o aluno com TEA, e aprender a driblar as barreiras impostas. Pois, estimulados podem desenvolver grandes habilidades, sempre tendo em mente que os alunos com TEA não são iguais, apenas possuem características e necessidades semelhantes.

Assim, não há um conjunto de métodos ou materiais padronizados, ou ainda alguma ação pedagógica que mostre com exatidão como lidar com esse complexo transtorno.

Entretanto, se faz necessário o professor mostrar que é capaz diante da diversidade escolar, e mesmo sem o devido apoio, não nega a grande importância de se ter uma boa capacitação.

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica. (CORREIA, 2008, p. 47).

Evidentemente é necessário que haja formação para os profissionais de educação, a fim de que todos possuam competências para desenvolver as potencialidades dos alunos, tal qual consta na lei. Outra realidade que se pudemos observar durante a pesquisa foi a quantidade de cuidadoras em companhia das crianças com TEA e outras deficiências, ajudando-os em suas necessidades físicas

e comportamentais, mas, não atendendo às necessidades pedagógicas das crianças. Diante do que evidenciamos na prática, questionamos, de fato, o processo que acompanhamos pode ser chamado de inclusivo.

É possível afirmar que muitas intervenções precisam ser realizadas para que as crianças com TEA possam, realmente, interagir e desenvolver um aprendizado significativo, que desperte nela essa independência e o desenvolvimento tão almejado por seus pais.

Hoje, a educação sofre com o desafio da inclusão de crianças com autismo. As escolas estão caminhando, mesmo que lentamente, para serem institutos educacionais inclusivos. Alguns anos atrás havia uma escassez de educadores para trabalhar com essas crianças, porém isso vem mudando, há cada vez mais profissionais se qualificando para essas áreas, os quais serão capazes de orientar essas crianças até que estejam prontas para conviverem em meio à sociedade, criando um novo ambiente de aprendizado e desfazendo as desigualdades e todo tipo de exclusão.

Compete à escola adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar. (KELMAN, et al, 2010, p. 226)

É propósito da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança à propriedade (...). (BRASIL,1980).

O educador tem um papel muito importante na inclusão diante da sociedade, além do ensino ele vai facilitar a vida da criança trazendo inúmeros benefícios, por isso é de extrema importância sua ação, no momento em que está na sala de aula desenvolvendo sua prática pedagógica, pois, se não for um profissional capacitado para o cargo, terá grande dificuldade.

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].(Orrú , 2003, p.1)

Consciente de que essas crianças possuem necessidades especiais, o professor precisa elaborar estratégias para o seu desenvolvimento na comunicação, no espaço e na aprendizagem. Com o avanço na área da educação como, por exemplo, o avanço da informática e ascensão da internet. Os recursos pedagógicos estão ficando cada vez mais diversificados, não fixando apenas no livro didático e no quadro negro.

Segundo Santos (2008, p.30)

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas.

O papel do professor, nesse contexto escolar, é inserir o aluno no grupo social. Ele deve utilizar recursos visuais e atividades lúdicas, que sejam claras e objetivas para que possam chamar a atenção da criança. Existem alguns tratamentos específicos que podem ser utilizados por esses profissionais, como o método TEACCH (Tratamento e educação para autistas e crianças com distúrbios correlatos da comunicação) que utiliza materiais visuais, uma avaliação Perfil Psicoeducacional Revisado para determinar os pontos fortes e de maior interesse da criança. Ele adequa a criança no ambiente para facilitar a compreensão da criança, seu objetivo e que a criança chegue na fase adulta com o máximo de autonomia.

O TEACCH foi desenvolvido na década de 60 nos Estados Unidos e é atualmente muito utilizado em várias partes do mundo. O método utiliza avaliações, levando em conta os pontos fortes e as maiores dificuldades do indivíduo, em um programa individualizado. Ele objetiva desenvolver a independência do autista de modo que ele, ainda que precise do professor para o aprendizado, possa ser, em grande parte de seu tempo, independente para fazer coisas relacionadas à sua vida diária. O TEACCH se baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. O objetivo é adaptar o

ambiente para o autista mais facilmente compreendê-lo e compreender o que se espera dele (CUNHA, 2014, p. 3).

Tem-se, também, o método ABA (Applied Behavior Analysis) que seria a Análise do Comportamento Aplicada, sendo a técnica de reforço no comportamento positivo. É a terapia que mais apresenta resultado positivo. A sua eficácia mostra resultados imediatos com a resposta correta do aluno, É de forma intensiva e individualizada. Esse método faz com que a criança faça tarefas repetitivas de forma contínua, até que a criança saiba responder com exatidão. Porém, para Cunha, esse método não é adequado, como ele declara:

Em relação a esse método, Cunha (2014, p. 74) acentua que: [...] a repetição é importante na abordagem ABA, bem como o registro exaustivo de todas as tentativas e dos resultados alcançados. A resposta adequada do aprendente tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, por meio de reforço e repetição, inibe-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma consistente as atitudes desejadas (CUNHA, 2014, p. 74).

A maneira de avaliar a aprendizagem deve ser de acordo com os objetivos, as atividades e os recursos escolhidos. O procedimento de avaliação deve ser sempre conforme o processo de aprendizagem, considera-se que as mudanças e o desenvolvimento de crianças com necessidades Educacionais Especiais não pode acontecer sem mudanças pontuais e adequadas nas organizações escolares.

A escola tem que ser vista como um ambiente educativo onde se ensina e se aprende, onde há uma troca de experiências entre todos que ali convivem.

Neste processo é essencial que o professor faça uma constante observação da aprendizagem, a fim de conhecer seus alunos, suas capacidades, suas necessidades educacionais específicas, reconhecendo as prováveis formas de aprendizagem para tentar promover uma interação e comunicação de modo eficaz.

Para colocar a inclusão em ação, é fundamental que o professor incentive a classe demonstrando disponibilidade e ideias positivas. Porém, tal compromisso deve ser assumido por toda a equipe escolar e demais profissionais da educação especial, apoiando e ajudando o professor. Criando assim, com a participação de toda a equipe, espaços de discussão com análises e reflexões críticas sobre o que está sendo praticado.

Para tanto, o sistema escolar e as escolas, que o constituem, precisam se modificar, o que implica em rever políticas públicas, princípios filosóficos, concepções pedagógicas, práticas pedagógicas, procedimentos de ensino, implementar adaptações curriculares e arquitetônicas, promover formação continuada de docentes e estabelecer uma política pública e um plano de ação envolvendo a comunidade escolar, dividindo responsabilidades e construindo uma rede de apoio para os alunos que dela necessitem.

Sobre essa questão, Glat e Nogueira (2002, p. 26) asseveram que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p.26)

O educador ultrapassou importantes barreiras no processo de transformação que a escola vem vivenciando nas últimas décadas, o que há de ser reconhecido. O professor não pode ser o responsável pelo discurso de resistência. A educação inclusiva já é realidade em muitas instituições de ensino regular e o mérito se dá aos esforços destes profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incluir alunos autistas na escola regular, principalmente, da rede pública é um enorme desafio. Para tornar a inclusão uma realidade é primeiramente necessária a preparação dos docentes e de todo corpo escolar.

Nem todos compreendem a importância da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, por isso é necessário que a escola oportunize aos pais e a toda comunidade escolar entender sobre o que é o autismo, para que os mesmos também possam ter conhecimento acerca do assunto.

O aluno tem que construir o seu conhecimento com liberdade e determinação, na medida de seus interesses e capacidades, por meio do compartilhamento de experiências, onde o seu esforço para aprender deve ser valorizado.

A escola se encontra em constantes mudanças, as quais devem ser acompanhadas por todos. É necessário e urgente enfrentar o desafio da inclusão escolar, colocando em prática os meios pelos quais realmente se torne efetiva.

REFERÊNCIAS

_____. _____. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13649/1/2015_AdrianaChavesCordeirodeMedeiros.pdf

ASSUMPCAO JR, Francisco B e PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. *Rev. Bras. Psiquiatr. [conectados]*. 2000, vol.22, suppl.2 [citado 2019-09-09], pp.37-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1516-4446. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462000000600010>. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2008.

Artigo: **Inclusão – Revista Da Educação Especial, 2010, P. 34). Inclusão – Revista Da Educação Especial**. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamono-grafia.pdf?sequence=1%3E.Acesso>

BARBY, A. A. de O. M.; ROSSATO. M. (Org). **Tópicos especiais para a inclusão educacional**. Maringá: EDUEM, 2005. Disponível em http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4287/1/MD_EDUMTE_2014_2_1_8.pdf

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens**. *Psicol. Reflex. Crit.* V. 13 n. 1 Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722000000100017&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em:09/08/2019.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. , 2011.) Disponível em (p. 41) <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/58533.pdf>

FIAES, S. C.; BICHARA, D. I. **Brincadeiras de Faz-de-Conta em Crianças Autistas: Limites e Possibilidades Numa Perspectiva Evolucionista**. *Estudos de Psicologia, Natal, v.14, n. 3, p.231-238, dez. 2009*. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X20090>. Acesso em: 28 de Maio de 2018.

FLYNN, G. Toward community, 1988. In: STAIENBACK, S. S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. de Magda R. Lopes. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GÓMEZ, S. M. A.; TERÁN, E. N. **TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E AUTISMO**. São Paulo: Cultural, S.A., 2014. 574 p. Tradução de Adriana de Almeida Navarro.

LEBOYER, Marion. **Autismo infantil: fatos e modelos**. 5ª ed. Campinas, SP, Papirus, 2005.

LÓ, Judithe Eva Dupont. **Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes**. Conjectura, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: < <file:///C:/Users/Downloads/187-730-1-PB.pdf> >. Acesso em: 01 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Política de educação inclusiva nas escolas: trajetórias e conflitos**. In: JESUS, Denise Meyreles de [et al]. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 54-62. Disponível em <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4510/1/O%20processo%20de%20inclus%C3%A3o%20do%20aluno%20autista%20> Monografia Costa.pdf

ORRÚ, E. S, **A constituição da linguagem de alunos autistas apoiada em comunicação suplementar alternativa** Piracicaba-SP: 2006. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/FYQGLOPI>>. Acesso em: 30 de Abril de 2018.

ORRÚ, E. S. **Autismo, Linguagem e Educação: Interação Social no Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

ORRÚ, Silva Ester. **O Autismo em Pacientes Psiquiátricos e a Educação Mediatizada**. PUC Campinas. Disponível em <<http://profala.com/artautismo.8htm>>. Acesso dia 02 de agosto de 2019.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M. A. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Família e Escola**, Campinas, 2007. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Trad. De Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PURIFICAÇÃO, M. M, SANTANA, Maria Luiza, da S, ROSA, W. S, **Atuação pedagógica: técnicas lúdicas para inclusão de aluno autista na sala de aula. I colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar**, Mineiros – GO. Disponível em: <<http://www.unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/view/1>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

RABELO, Annete Scotti. **Adaptação Curricular na Inclusão. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999 Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004. RBCE art.235 237** Disponível em: . Acessado em: 06 mar. 2014.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em:

SANTOS, Ana Maria T. dos. **Autismo: Desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>> Acesso em: 02 de maio de 2018.

SCHMIDT, Carlo. Autismo, educação e transdisciplinaridade. In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Fontanar, 2012. Disponível em: <<http://cursosposneuro.com.br/wpcontent/uploads/2015/08/MundoSingularEntenda-o-Autismo.pdf>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. De Magda F. Lopes et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STELZER, Fernando Gustavo Cadernos Pandorga de Autismo vol1. **Uma pequena história do Autismo**. Editora: Associação Pandorga, 2010. Disponível em <http://www.pandorgaautismo.org/includes/downloads/publicacoes/PandorgaCaderno1.pdf>. Acessado em 20 de junho de 2010

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994/1998.